



ESTADO DO PARÁ
CONSELHO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 00772

O Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em sessão plenária realizada no dia 13 de novembro de 1986,

CONSIDERANDO proposição apresentada pelo Exmo. Sr. Conselheiro Egydio Machado Salles, a seguir transcrita, aprovada por votação unânime;

"Não só através de publicações no "Informativo CCM", como também por várias vezes em plenário já se constatou que os órgãos técnicos deste Conselho de Contas têm se manifestado, por escrito, sobre assuntos de natureza administrativa, contábil e financeira do interesse dos Municípios, no louvável intuito de orientar os gestores e administradores municipais.

Esse procedimento, no entanto, tem acarretado, por vezes, divergências entre a orientação dada e o decidido em plenário, ocasionando perplexidades aos interessados.

O nosso recente Regimento Interno, aprovado pelo Ato nº 2, de 14 de agosto do corrente ano, prevê ser da competência do Conselho de Contas, no exercício de suas atribuições fiscalizadoras, "orientar os Municípios quanto aos problemas administrativos, financeiros e orçamentários" (item V, do art. 5º), bem como "expedir as instruções necessárias à execução de sua Lei Orgânica, deste Regimento e de seus atos" (item III, do art. 6º), "responder, sobre matéria de sua competência, as consultas que lhe forem feitas em tese, pelos órgãos ou pessoas sujeitos à sua jurisdição" (item XI, do mesmo artigo) e "orientar, diretamente ou em cooperação pública,



ESTADO DO PARÁ
CONSELHO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

-02-

RESOLUÇÃO Nº 00772

blicas ou privadas, as pessoas ou órgãos sob sua jurisdição, quanto ao controle externo da administração financeira e orçamentária dos municípios" (item XII, do citado artigo).

Por outro lado, o mesmo Regimento Interno, ao enumerar os atos da competência privativa do plenário, dispõe que, dentre outros, compete a ele apreciar e decidir sobre "consulta a respeito de matéria de competência do Conselho" (art. 10, I, 1) e "matéria regimental ou de caráter normativo que lhe seja submetida pelo Presidente ou pelas Conselheiros" (mesmo artigo e item, alínea 1).

No único intuito de assegurar a unidade de orientação a ser proporcionada pelo Conselho de Contas aos prefeitos e administradores municipais, em matéria de natureza contábil, financeira, orçamentária e administrativa, de sua competência, tenho a honra de apresentar a deliberação do Egrégio Plenário a seguinte

PROPOSIÇÃO

O Plenário do Conselho de Contas dos Municípios do Pará, visando dar uniformidade à orientação relativa aos assuntos e matérias de sua competência e atribuição, decide recomendar aos órgãos técnicos e administrativos que integram esta Corte de Contas que se abstenham de se pronunciar sobre as mesmas, cabendo a eles encaminhar à Presidência as suas propostas e sugestões para estudo e encaminhamento ao Plenário para manifestação final".

cont...



ESTADO DO PARÁ
CONSELHO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

-03-


RESOLUÇÃO Nº 00772

RESOLVE:

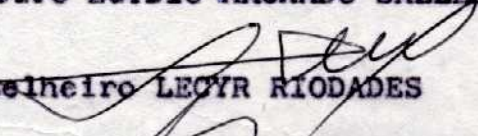
I - Recomendar aos órgãos técnicos e administrativos que integram esta Corte de Contas que se abstenham de se pronunciar em caráter normativo, através de orientações endereçadas às autoridades municipais ou em publicações, sobre matéria de natureza contábil, financeira, orçamentária e administrativa;

II- As propostas e sugestões deverão ser enviadas à Presidência para estudo e posterior encaminhamento ao Plenário para manifestação final.

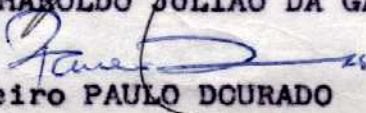
Sala das sessões do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 13 de novembro de 1986.



Conselheiro IRANALDYR ROCHA
Presidente

Cons. Egydio Machado Salles
Conselheiro EGYDIO MACHADO SALLES


Conselheiro LECYR RIODADES

Conselheiro HAROLDO JULIÃO DA GAMA


Conselheiro PAULO DOURADO


Conselheiro LAUDELINO PINTO SOARES

Conselheiro LORIWAL MAGALHÃES